

AS ELEIÇÕES PARA PREFEITO EM FLORIANÓPOLIS: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HISTÓRIA ELEITORAL

Yan de Souza CARREIRÃO¹

■ **RESUMO:** O trabalho examina todas as eleições para prefeito em Florianópolis realizadas sob a vigência do atual sistema partidário. Embora já tenhamos uma considerável quantidade de estudos sobre eleições presidenciais e, em menor grau, sobre eleições para governador, a literatura sobre eleições municipais é relativamente escassa no país. No que se refere aos municípios catarinenses, incluindo a capital, a lacuna é ainda mais grave. Este trabalho, ao apresentar de forma breve os contextos, as candidaturas e os resultados de cada uma destas disputas, objetiva principalmente dar uma contribuição a uma história eleitoral relativa a este pleito, entre 1985 e 2008 em Florianópolis. Embora sem pretensão de uma análise aprofundada dos diferentes aspectos envolvidos em cada eleição (processos de definição de candidaturas, campanhas, motivações dos eleitores, etc), esboça uma breve interpretação dos resultados e das tendências mais gerais do período. A disputa pela prefeitura da capital catarinense tem se dado principalmente entre partidos localizados ao centro e à direita do espectro ideológico, tendo a esquerda, especialmente o PT, mostrado baixa densidade eleitoral. Outro aspecto relevante parece ser o crescimento do peso da avaliação de governos e candidatos, frente ao peso dos partidos, na decisão de voto dos eleitores, nas eleições mais recentes.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Eleições. Partidos políticos. Eleições municipais.

¹ UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Sociologia e Ciência Política – Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – yan@cfh.ufsc.br.

Introdução

A literatura sobre eleições municipais é relativamente escassa no país, no que se refere ao período em que vigora o atual sistema partidário. Este trabalho tenta contribuir para ampliar esta produção, analisando as eleições para prefeito realizadas em uma capital de Estado entre 1985 e 2008. O estudo apresenta, para cada uma destas disputas, os contextos, as candidaturas e os resultados, esboçando uma breve interpretação destes últimos. Ao final, sistematiza as tendências mais gerais do período, situando quais os principais partidos e a evolução na correlação de forças entre os campos ideológicos envolvidos na disputa. Aponta, também, qual o peso dos partidos, frente ao impacto da avaliação que os eleitores fazem dos governos e candidatos, em sua decisão de voto.

A eleição de 1985

A primeira eleição realizada na capital, após o fim do sistema bipartidário que vigorou durante o regime autoritário, foi em 1985, já que em 1982 não houve eleições nas capitais e municípios considerados de “segurança nacional”. Como aponta Viola (1986), o contexto que antecedeu as eleições municipais de 1985, em Florianópolis e nos demais municípios considerados de “segurança nacional”, foi extremamente complexo em Santa Catarina: durante o ano de 1984, em torno do movimento das “Diretas-Já!” e depois, no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves como presidente da república e José Sarney como vice, formaram-se três blocos:

[...] o bloco malufista, encabeçado por Fontana²; em segundo lugar a Aliança Democrática³, encabeçada por Jorge Bornhausen e Pedro Ivo Campos; em terceiro lugar o bloco das diretas, encabeçado por [Esperidião] Amin [PDS], [Jaison] Barreto [PMDB] e [Eurides] Mescolotto [PT]⁴ (VIOLA, 1986, p.8).

² Atilio Fontana, vice-governador do Estado, filiado ao PDS (partido de apoio ao governo Figueiredo).

³ A Aliança Democrática foi uma aliança entre o PMDB e a Frente Liberal (posteriormente transformada em partido, o PFL), uma dissidência do PDS, gerada pelo descontentamento com os rumos do processo de definição do candidato do partido no Colégio Eleitoral que elegeu o próximo presidente.

⁴ Viola (1986) aponta a ambigüidade do posicionamento de Esperidião Amin ao longo do movimento das “Diretas”, ao qual só dará apoio tardiamente.

É neste contexto que se dá a aliança entre Jaison e Amin em torno da candidatura de Francisco de Assis Filho (do PDS), chefe da Casa Civil do governador Amin, com pouca experiência política até ali. No PMDB houve uma disputa entre Edson Andrino (deputado estadual) e Nelson Wedekin (deputado federal). Ainda segundo Viola (1986, p.10-11),

Wedekin era a principal liderança dos progressistas na Grande Florianópolis, tendo sua história política vinculada ao Partido Comunista. Apesar de fortemente vinculado a Barreto durante grande parte de sua carreira política, Wedekin distanciou-se deste desde a formação da Aliança Democrática em 1984. Em fins de janeiro de 1985 Wedekin foi o principal articulador da formação da coligação PMDB-PFL em Florianópolis. A carreira política de Andrino é relativamente independente dos núcleos moderado e progressista do MDB-PMDB: seu trânsito foi maior entre os primeiros até 1982, aproximando-se dos segundos a partir daquele ano. Se as respectivas histórias políticas mostraram, até 1984, Andrino situado à direita de Wedekin, a situação inverteu-se no segundo semestre daquele ano: enquanto Wedekin era um grande propagandista e articulador da Aliança Democrática, Andrino reivindicava a pureza das bandeiras históricas do PMDB.

Apoiado por uma fração do PT, por sua posição contrária à Aliança Democrática, Andrino acaba por derrotar Wedekin internamente, passando a ser o candidato do PMDB. Quanto ao PFL, após ter fracassado em sua tentativa de coligação com o PMDB (dada a vitória de Andrino), seguindo o comando indisputado de Jorge Bornhausen, escolheu Ênio Branco (então suplente de deputado federal) como candidato.

O PT se dividiu em três grupos: “[...] o que apoiava Andrino; o grupo trotskista Liberdade e Luta, partidário duma plataforma e campanha radicalizadas e o grupo dos independentes favoráveis a uma plataforma mais aberta, ainda que insistindo sobre a candidatura petista como uma questão de princípio” (VIOLA, 1986, p.13). Esta última vertente foi a vencedora e o partido lançou como candidato a prefeito Jorge Lorenzetti, presidente da CUT estadual.

O PCB, após a derrota de Wedekin nas primárias do PMDB (candidato apoiado por boa parte dos militantes comunistas), resolve lançar candidato próprio: o professor universitário Wilson Rosalino, militante histórico do partido. Por fim, o PTB lançou José

da Costa Ortiga, ex-presidente de clube de futebol da capital. Tanto o partido como o candidato tinham baixíssima expressão política em Florianópolis.

Como mostra a Tabela 1, a eleição foi em grande parte polarizada em torno dos candidatos dos dois grandes partidos catarinenses até aquele momento (PDS e PMDB), tendo sido eleito Edson Andrino, com cerca de 47% dos votos, contra 35% de Francisco Assis. Os demais candidatos tiveram uma votação fraca.

Tabela 1 – Resultado da eleição para prefeito de Florianópolis – 1985

CANDIDATO	PARTIDO /COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
EDSON ANDRINO	PMDB	54.592	46,8
FRANCISCO ASSIS	PDS – PDT	40.631	34,9
ÊNIO BRANCO	PFL	8.920	7,7
JORGE LORENZETTI	PT	3.805	3,3
WILSON ROSALINO	PCB	2.920	2,5
JOSÉ C. ORTIGA	PTB	857	0,7
BRANCOS	—	1.210	1,0
NULOS	—	3.611	3,1
TOTAL	—	116.546	100

Fonte: TRE/SC.

Obs: Eleitorado total = 138.599; Abstenções = 22.053 (15,9 %).

Segundo Viola, este resultado teria significado “[...] uma vontade de mudanças profundas na administração municipal, tanto na alocação dos recursos, como no modo da gestão”:

[...] a vitória de Andrino deu-se em todos os bairros da cidade, independentemente do nível de renda de seus moradores. Assis somente conseguiu ganhar em alguns vilarejos rurais [...] Há fortes indicadores de que significativos contingentes de eleitores do PT e do PCB resolveram na última hora votar em Andrino, pressionados pelo clima de empate e a conseqüente síndrome do voto útil (VIOLA, 1986, p.16).

O PFL teve uma baixa votação, em parte também pela baixa densidade político-eleitoral de seu candidato. PT e PCB tiveram votações também muito baixas, até por conta daquela opção pelo “voto útil”, por parte dos eleitores petistas e comunistas. A derrota de Assis deveu-se, em parte, ao fato do candidato não ter um passado político como o de Andrino (já com uma experiência grande na política); mas, em parte, foi reflexo do

descontentamento de grande parte do eleitorado com a aliança entre Esperidião Amin e Jaison Barreto, que na eleição de 1982 para governador se comportaram como inimigos mortais, tendo Amin sido acusado de fraude eleitoral para alcançar a vitória naquela eleição⁵.

A eleição de 1988

Diferentemente do que ocorreu em 1985, PDS e PFL, que haviam se afastado naquela eleição, decidem se coligar em 1988. No final de junho, o ex-governador Colombo Salles (PDS) foi definido como o candidato a prefeito e Bulcão Vianna (PFL) seria o candidato a vice. Alguns dias depois, Colombo “desiste” da candidatura, sendo substituído pelo também ex-governador Esperidião Amin. A pouca expressão eleitoral de Salles colocava em risco a vitória da coligação, obrigando Amin – que tinha outros planos e pretendia concorrer a um cargo majoritário em 1990 – a assumir a candidatura.

O PMDB lança a candidatura de Anita Pires, professora, formada em Serviço Social, militante do movimento estudantil durante o regime autoritário e militante feminista naquele momento. Já havia sido candidata a vice-prefeita (Itajaí, 1982) e a deputada federal (1986), sem sucesso, tendo ocupado um cargo político-administrativo na gestão do prefeito em exercício, Edson Andrino. O PCB lança Sérgio Grandó, professor de Física, ligado ao movimento dos professores da rede estadual (tendo exercido a presidência da ALISC, Associação dos Licenciados de Santa Catarina), fundador do PCB no Estado. Grandó havia sido eleito o vereador mais votado nas eleições de 1982 em Florianópolis, tendo adquirido um peso eleitoral considerável ao longo de seu mandato. O PT lança o médico e professor universitário Flávio Valente, sindicalista da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior). Tratava-se de uma candidatura de baixa densidade eleitoral, já que o candidato tinha pouca experiência política e fraca visibilidade pública.

A Tabela 2 mostra a dimensão da vitória de Amin, o político catarinense (e florianopolitano) mais popular naquele momento. O fato de sua candidatura ter conseguido agregar novamente

⁵ Sobre as eleições de 1982 para governador de Santa Catarina e sobre o governo Amin (1983/86), ver Fontana (1983), Auras (1991) e Aguiar (1995).

PDS e PFL, após a derrota destes partidos, que saíram divididos em 1985, certamente ajudou naquela vitória.

Tabela 2 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 1988

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
ESPERIDIÃO AMIN	PDS-PFL-PDC-PTB	64.949	48,2
SÉRGIO GRANDO	PCB	23.967	17,8
ANITA PIRES	PMDB	18.558	13,8
FLÁVIO VALENTE	PT	4.890	3,6
ELIZEU PAVESI	PSP	337	0,3
BRANCOS	—	13.494	10,0
NULOS	—	8.593	6,4
TOTAL	—	134.788	100

Fonte: TRE/SC

Obs: Eleitorado total = 147.079; Abstenções = 12.291 (8,4 %).

O PMDB sofre uma grande derrota, já que estava no comando do município e só conseguiu a 3ª colocação (com menos de 15% dos votos). Parte dessa derrota pode ser atribuída ao desgaste da administração em exercício, que chegou ao final com uma avaliação predominantemente negativa por parte da opinião pública. Além disso, a administração de Pedro Ivo (PMDB), no governo do Estado também não era muito bem avaliada pelo eleitorado da capital.

Sérgio Grando, ao chegar em 2º lugar, com uma votação significativa, como candidato de um partido pequeno como o PCB, mostrou novamente, após ter sido o vereador mais votado em 1982, sua força eleitoral na capital, explorando aquela insatisfação (mencionada acima) dos eleitores com o PMDB. O PT, mais uma vez, teve uma baixa votação, refletindo em boa parte o alcance das propostas petistas na cidade, naquele momento.

A eleição de 1992

A coligação PDS-PFL (além de outros pequenos partidos) lança o candidato Francisco de Assis Filho, que já havia sido candidato pela coligação PDS-PDT em 1985. O PMDB lança o ex-prefeito Edson Andrino, em candidatura isolada, revelando a baixa capacidade de atração do partido naquele momento. O PDT havia decidido se aliar com o PMDB, desde que este partido aceitasse

o então pedetista Wilson Rosalino como candidato a vice. Como o PMDB não aceitou, o PDT desfez a aliança e passou a apoiar a candidatura Sérgio Grando (PPS). Este último conseguiu nuclear uma grande coligação, incluindo todos os partidos de esquerda relevantes, mais o PSDB. O candidato a vice-prefeito seria Afrânio Boppré, do PT.

Uma novidade foi a candidatura do advogado e escritor Péricles Prade (PL), tendo como candidato a vice-prefeito Alcides Abreu (PTB). O simples fato desta candidatura ter sido lançada era um indício da divisão entre setores que tradicionalmente se aliavam ao eixo formado por PDS-PFL. Prade se apresentou sob o figurino do *outsider*, criticando os “políticos profissionais”, tanto dos partidos de esquerda, quanto os da União por Santa Catarina (PDS-PFL).

Dois outros candidatos de pequenos partidos lançaram-se ao pleito: Francisco Grillo (PMN) e João Buatim (PRP).

Para entender a dinâmica do período pré-eleitoral, é necessário lembrar que paralelamente estava em curso o processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor – processo que parece ter contaminado, em parte, a campanha eleitoral para prefeito, em todo o país. Talvez Francisco Assis (1992) tenha sido prejudicado por essa “contaminação”; o próprio candidato mostra (em entrevista a O Estado, de 27/10/92) sua preocupação de que um possível “voto emocional”, de protesto contra o governo Collor, influísse na eleição municipal. Essa vinculação pode ter beneficiado Grando e Andrino, que se colocaram claramente a favor do impedimento do presidente, participando inclusive da vigília cívica realizada no dia da votação do *impeachment*⁶.

A Tabela 3 mostra os resultados do pleito. Grando, com apoio de uma grande coligação envolvendo toda a esquerda, mais o PSDB, vence a eleição (com 30,5% dos votos). Embora a densidade eleitoral própria de Grando tenha sido fundamental, foi importante na sua eleição e será importante na sua gestão, o fato de o PT ter indicado o candidato a vice (Afrânio Boppré). O

⁶ Vale registrar, como memória relativa às pesquisas eleitorais realizadas na capital, as grandes discrepâncias de resultados apresentados por diferentes institutos, no período pré-eleitoral. Pesquisa do instituto Mapa, realizada nos dias 19 e 20/09, com 1079 eleitores (margem de erro de 3%), apontava os seguintes resultados: Assis = 28,5%; Grando = 23,2%; Andrino = 20,9%; Prade = 2,4%; Grilo = 1,3%; Buatim = 0,3%; Brancos, nulos e indecisos = 11,1% (O Estado, 25/09/92). De outro lado, pesquisa realizada pelo instituto Ethos, nos dias 21 e 22/9, com 1100 eleitores, indicava: Grando = 29%; Andrino = 24%; Assis = 19%; Prade = 2%; Grilo = 1%; Buatim = 0%; Brancos, nulos e indecisos = 25% (O Estado, 26/09/92). O intervalo de dois dias (em média) entre um levantamento e outro não parece suficiente para explicar as diferenças significativas entre os dois resultados.

PT já havia crescido um pouco mais em Florianópolis, entre 1988 e 1992 e era o mais organizado entre os partidos que compunham a coligação (e, posteriormente, a coalizão governamental).

Tabela 3 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 1992

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
SÉRGIO GRANDO	PPS-PT-PDT-PSB-PCdoB-PSDB-PV-PC	46.446	30,5
EDSON ANDRINO	PMDB	36.309	23,8
FRANCISCO ASSIS	PDS-PFL-PDC-PSC-PTR-PRN	33.102	21,7
PÉRICLES PRADE	PL-PTB	6.412	4,2
FRANCISCO GRILLO	PMN	2.351	1,5
JOÃO BUATIM	PRP	1.404	0,9
BRANCOS	—	14.411	9,5
NULOS	—	11.995	7,9
TOTAL	—	152.430	100

Fonte: TRE/SC

Obs: Eleitorado total = 172.860; Abstenções = 20.430 (11,8 %).

Andrino, com 23,8%, ficou em segundo lugar. A decisão de não aceitar a candidatura a vice-prefeito de Wilson Rosalino pode ter sido relevante na derrota de Andrino, já que deslocou um partido com certa relevância (o PDT), da posição de aliado, para uma posição de apoio ao seu principal adversário na disputa. O candidato que representava a gestão em exercício (Assis) fica em 3º lugar, com 21,7% dos votos. A renúncia de Esperidião Amin ao cargo de prefeito (assumindo em 1991 a vaga de Senador conquistada na eleição de 1990), com a consequente subida ao cargo de seu vice, Bulcão Vianna, resultou num desgaste para a coligação PDS-PFL. Além disso, os resultados da administração municipal no período 1989/92 não foram propriamente bem avaliados pelo eleitorado da capital.

A eleição de 1996

Representando a continuidade da administração Grando, num momento em que ainda não havia a possibilidade legal da reeleição, é lançado o seu vice, Afrânio Boppré, apoiado novamente por uma coligação de partidos de esquerda (tendo como vice o médico Ricardo Baratieri, do PDT), mas desta vez sem o apoio do PV e do PSDB. Este último, após uma indefinição entre se coligar com o PMDB ou com o PPB, acaba por apoiar

Ângela Amin (PPB), seguindo a inclinação em direção a uma posição de centro-direita tomada pelo partido em âmbito nacional após a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, com o apoio do PFL. Esta decisão representa uma mudança significativa no perfil do partido em Santa Catarina, que até então era predominantemente de centro-esquerda⁷. O partido indica como candidato a vice-prefeito na coligação PPB-PSDB-PTB o advogado e escritor Péricles Prade (agora filiado ao PSDB).

Quanto a Ângela Amin, ela havia começado carreira política própria a partir de sua atuação como primeira-dama na primeira gestão de Esperidião Amin como governador. Foram importantes em sua atuação especialmente a gestão do projeto Pró-Criança (que obteve o reconhecimento da UNICEF) e a “ação comunitária” desenvolvida através da LADESC (Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense). A partir daí, e capitalizando também o prestígio político do marido, se elegeu como a vereadora mais votada de Florianópolis em 1988 e, depois, como a deputada federal mais votada no Estado em 1990. Em 1994, apesar de perder a disputa para o cargo de governador, fez uma boa votação em todo o Estado, tornando seu nome estadualizado.

O PMDB, repetindo sua trajetória nas três eleições anteriores, não consegue atrair coligações, lançando a candidatura isolada de Edson Andrino. Como resultado das divisões entre os “caciques” pepebistas e pefelistas, uma outra candidatura agregando partidos à direita (PFL-PL-PSL-PSC) é lançada, tendo como candidato a prefeito Vinicius Lummertz, que procurou se apresentar perante o eleitorado como “o novo” da disputa eleitoral. Candidato jovem e com formação acadêmica respeitável e larga experiência administrativa, Lummertz, ex-superintendente do SEBRAE, desempenha realmente o papel de uma candidatura técnica, em oposição aos “políticos tradicionais”.

No âmbito dos partidos que apoiavam uma candidatura de esquerda, outra defecção foi a do Partido Verde, que optou por lançar como candidato próprio, apoiado por outros pequenos partidos, o professor universitário e militante ambientalista Rogério Portanova.

⁷ Será usada aqui a seguinte classificação ideológica dos partidos no Brasil: Direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA. Centro: PMDB e PSDB. Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN. Esta classificação foi usada por Carreirão (2006), onde é indicada a literatura que serviu de base para a proposta.

Como mostra a Tabela 4, os candidatos mais votados foram Ângela Amin (com 30,9% dos votos) e Afrânio Boppré (23,9%), que vão para o 2º turno. Edson Andrino fica em 3º lugar (20,5% dos votos), seguido de Lummertz, com 16,1%. A estratégia de um “candidato técnico”, para se contrapor aos “políticos”, mais uma vez não deu os resultados esperados.

Tabela 4 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 1996 (1º turno)

CANDIDATO	PARTIDO /COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
ÂNGELA AMIN	PPB-PSDB-PTB	54.005	30,9
AFRÂNIO BOPPRÉ	PT-PDT-PPS-PSB-PCdoB	41.804	23,9
EDSON ANDRINO	PMDB	35.902	20,5
VINÍCIUS LUMMERTZ	PFL-PL-PSL-PSC	28.228	16,1
ROGÉRIO PORTANOVA	PV-PMN-PSD-PAN-PRTB	2.222	1,3
JOANINHA O. JOHNSON	PSTU	1.795	1,0
BRANCOS	—	1.903	1,1
NULOS	—	9.181	5,2
TOTAL	—	175.040	100

Fonte: TRE/SC

Obs: Eleitorado total = 205.038 ; Abstenções = 29.998 (14,6 %)

A avaliação da gestão Grando/Boppré, feita pelo eleitorado, era predominantemente positiva, embora tenha declinado ao final do período. A “gestão popular” havia implementado algumas mudanças de prioridade nas políticas públicas, enfatizando pequenas obras e serviços para os morros e bairros periféricos, incluindo, entre outras medidas, linhas de ônibus, “cestões do povo”, asfaltamento de ruas (decidido pelas comunidades através do Orçamento Participativo, que não teve, porém, em Florianópolis o mesmo impacto que em outras cidades onde foi implantado, especialmente Porto Alegre). De outro lado, seus críticos apontavam a ausência de obras de maior impacto; o próprio prefeito – embora argumentando que não havia tido o apoio nem do governo do Estado, nem da presidência da República – assumia que um dos seus sonhos não realizados fora o de ver o centro mais urbanizado, acabando com a má utilização do espaço público. Ao final da gestão, a prefeitura ficou sem verba para pagar a folha de pagamento, que só foi acertada pela gestão seguinte.

Ângela Amin vence no 2º turno, com 51,3% dos votos, contra 43,9% de Boppré (Tabela 5). A votação deste último, considerando uma trajetória política bem menos conhecida pelo eleitorado do

que a de Ângela Amin, foi bastante razoável, refletindo, em grande parte, a avaliação predominantemente positiva que o governo Grandó/Boppré havia alcançado. Mas, só isto não foi suficiente para derrotar uma candidata que já havia consolidado um capital político maior, como vereadora e deputada federal mais votada, nas eleições anteriores das quais havia participado. Certamente, contou também para a vitória de Ângela Amin o fato de dispor de uma rede de apoios partidários e de cabos eleitorais bem mais consolidada do que a do seu adversário.

Tabela 5 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 1996 (2º turno)

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
ÂNGELA AMIN	PPB-PSDB-PTB	87.856	51,3
AFRÂNIO BOPPRÉ	PT-PDT-PPS-PSB-PCdoB	75.320	43,9
BRANCOS	—	1.874	1,1
NULOS	—	6.288	3,7
TOTAL	—	171.338	100

Fonte: TRE/SC

Obs: Eleitorado total = 205.038 ; Abstenções = 33.700 (16,4 %)

A eleição de 2000

Pelo PPB, a prefeita Ângela Amin era a candidata natural à reeleição, dadas as altas taxas de aprovação à sua gestão. João Henrique Blasi, deputado estadual, é o candidato escolhido pelo PMDB, que mais uma vez não consegue apoios significativos em outros partidos e acaba lançando candidatura isoladamente. Os partidos de esquerda se dividem: além do PV, que decide concorrer novamente com Rogério Portanova, o PPS, coligado com diversos outros partidos, incluindo alguns pequenos situados à direita do espectro ideológico, lança a candidatura do ex-prefeito Sérgio Grandó. Pela coligação PT-PSTU, sai o líder sindicalista do setor bancário, Vânio dos Santos.

Ângela Amin se reelege em 1º turno, com uma diferença enorme frente aos seus competidores: 52% dos votos, contra 19% de Grandó, 10% do candidato peemedebista, 9% do petista e menos de 3% do candidato do PV (Tabela 6).

Tabela 6 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 2000

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
ÂNGELA AMIN	PPB-PFL-PSDB-PTB-PL-PSL	105.495	52,1
SÉRGIO GRANDO	PPS-PCdoB-PDT-PSB-PMN-PSD-PSC	39.174	19,3
JOÃO HENRIQUE BLASI	PMDB	20.435	10,1
VÂNIO DOS SANTOS	PT-PSTU	18.519	9,1
ROGÉRIO PORTANOVA	PV	5.554	2,7
BRANCOS	—	4.942	2,4
NULOS	—	8.437	4,2
TOTAL	—	202.556	100

Fonte: TRE/SC

Obs: Eleitorado total = 230.956 ; Abstenções = 28.400 (12,3 %)

Comparando com a eleição de 1992 – em que os três principais candidatos eram dos mesmos partidos dos três principais candidatos de 2000 (PDS/PP, PMDB e PT) –, vemos diferenças significativas, que explicam em boa parte os resultados: Grando já não tinha tanta visibilidade, nem tinha o apoio do PT, como teve em 1992. Mesmo que àquela época o apoio de alguns setores do PT tenha sido meramente formal, o fato do partido não ter lançado candidatura própria (como em 2000), concorreu para que os eleitores petistas majoritariamente votassem em Grando. O candidato do PMDB em 2000, embora fosse uma liderança em ascensão, estava longe de ter o mesmo peso eleitoral que tinha o candidato peemedebista (Edson Andrino) em 1992. Mas a diferença fundamental, em relação à eleição de 1992, é que a gestão municipal (do PDS) naquela ocasião estava mal avaliada, enquanto às vésperas da eleição de 2000 ocorria o inverso com a gestão pepista. Na realidade, o resultado foi bastante previsível, na medida em que as pesquisas em âmbito nacional, conduzidas pelo Datafolha, apontavam a gestão da prefeita como uma das mais bem avaliadas entre as capitais pesquisadas pelo instituto, pelo menos desde o final de 1996 (já que no início de sua gestão, sua avaliação não era tão positiva)⁸. Foi o primeiro pleito após a aprovação da Emenda Constitucional que permitiu a reeleição e acabou ocorrendo um fenômeno que se tornou muito frequente no Brasil, assim

⁸ Segundo pesquisa realizada pelo Ibope, em 15/09/2000, com uma amostra de 800 eleitores, a prefeita contava com 70% de avaliação ótima e boa; 24% de regular e 6% de ruim e péssima. Agradeço ao Cesop (Centro de Estudos em Opinião Pública), da Unicamp, por permitir o uso da pesquisa.

como já o era na maioria dos países democráticos: a reeleição de candidatos bem avaliados pelo eleitorado⁹.

A eleição de 2004

Na convenção do Partido Progressista não houve muita dificuldade na escolha de Francisco Assis, Secretário de Obras da prefeita Ângela Amin em seus dois mandatos (até se desincompatibilizar, em março de 2004, para poder concorrer ao cargo). Chico Assis já havia sido vereador eleito pela Arena, em 1976 e ocupado vários cargos de natureza administrativa, em âmbito municipal e estadual, além de ter disputado a prefeitura em duas outras ocasiões (1985 e 1992), sem sucesso. Foi uma candidatura construída ao longo da gestão de Ângela Amin: ocupando cargo fundamental, participou da realização das principais obras realizadas no município durante este período. A coligação com o PFL, que havia sido feita em 1996, foi mantida, assim como foi mantido como candidato a vice o vice-prefeito em exercício, Murilo Capela. Além do PFL, participaram da coligação PSL, PSC, PRTB e PAN.

No PMDB, os prováveis pré-candidatos eram Edson Andrino e o Secretário Estadual de Segurança, ex-deputado estadual João Henrique Blasi, apoiado pelo governador Luiz Henrique da Silveira. Em face de um incidente envolvendo membros da cúpula daquela Secretaria de Segurança, que se tornou conhecido como o “escândalo do bordel”, a candidatura de Blasi se desgastou e foi inviabilizada. O candidato natural do partido seria, então, o deputado federal Edson Andrino, que na realidade tinha até mais densidade eleitoral do que Blasi. Por não contar com o apoio do governador, Andrino acaba por recusar a candidatura, alegando, porém, razões pessoais. Outro nome ventilado, dada a recusa de Andrino, foi o do vereador e ex-prefeito (durante o ano de 1985) Aloísio Piazza. O partido, porém, acabou optando por não indicar candidato próprio, apoiando a candidatura do ex-prefeito Sérgio Grandó, do PPS. Esta foi a única eleição, no período aqui analisado, em que o partido não lançou candidato próprio.

A candidatura de Sérgio Grandó acabou sendo fruto de uma grande coligação entre PPS, PMDB, PDT, PTB e PSB. O apoio do PMDB, incluindo aí o governo do Estado, dava a Grandó tempo de

⁹ Ver Carreirão (2002) e Almeida (2008).

TV e recursos financeiros para fazer uma campanha competitiva. Na coordenação da campanha também tiveram peso setores localizados mais à direita do espectro ideológico: uma figura emblemática, que parece ter tido papel central na formulação do programa do candidato, foi o empresário Vinicius Lummertz, que em 1996 concorreu à prefeitura pelo PFL, com uma campanha muito crítica em relação à administração de Grandó e Boppré (prefeito e vice-prefeito), entre 1993 e 1996. Essa composição de apoios deu à candidatura Grandó um perfil bem mais ao centro do que sua candidatura anterior, em 1992, quando teve o apoio do PT.

O PT escolheu seu candidato através de prévias entre os seus filiados no município, em março de 2004. Três candidatos disputavam: o deputado estadual Afrânio Boppré, ligado à corrente Força Socialista (à esquerda da facção dominante do partido em âmbito nacional); o deputado federal Mauro Passos, também não alinhado com a corrente majoritária nacionalmente, e Serge Goulart, vinculado à corrente O Trabalho, de inspiração trotskista. Este último pré-candidato concorreu mais para demarcar posição, já que sabidamente tinha chances reduzidas. Embora em relação aos apoios dos “grandes eleitores” internos ao partido a situação fosse favorável a Mauro Passos, no conjunto dos filiados Boppré obteve maior número de votos, tornando-se o candidato. Depois de escolhido, o partido se uniu em torno de Boppré, mas o fato de não pertencer à corrente de Lula, José Dirceu e José Genoíno reduziu o interesse e o apoio (especialmente o apoio financeiro) da direção nacional do PT à sua candidatura. O PT se coligou com o PCdoB, seu tradicional aliado, e ao PL, repetindo a aliança que havia feito no Estado e no país em 2002.

A grande novidade na eleição foi o candidato do PSDB, Dário Berger. Ex-prefeito da cidade vizinha de São José, Berger era filiado ao PFL até 2003. Desejando ser candidato em Florianópolis e vendo que o PFL dificilmente lhe daria legenda (preferindo coligar-se com o PP, que teria candidato), resolve passar para o PSDB, além de mudar de domicílio eleitoral (de São José para Florianópolis), no ano anterior à eleição. Empresário bem sucedido, Berger, após um mandato de vereador, havia sido eleito em 1996 para a prefeitura de São José. Com um grande conjunto de realizações, termina seu primeiro mandato naquela cidade com uma taxa altíssima de aprovação, sendo reeleito em

2000 com o voto de 79% dos votantes (85% dos votos válidos). É com esse cacife que ele se apresenta como candidato pelo PSDB, coligado com o PMN.

Além destes quatro principais, outros candidatos vinculados a pequenos partidos se apresentam para a disputa. No 1º turno, houve uma grande divisão dos votos: Dário Berger, do PSDB (33,2% dos votos) e Chico Assis, do PP (25,2%), são os mais votados, passando ao 2º turno. A divisão dos partidos mais à esquerda contribuiu para que Sérgio Grando, do PPS (16,3% dos votos) e Afrânio Boppré, do PT (14,6%), fossem aliçados da disputa (Tabela 7).

Tabela 7 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 2004 (1º turno).

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
DÁRIO BERGER	PSDB-PMN	78.571	33,2
CHICO ASSIS	PP-PFL-PSL-PSC-PRTB-PAN	59.670	25,2
SÉRGIO GRANDO	PPS-PMDB-PDT-PSB-PTB	38.589	16,3
AFRÂNIO BOPPRÉ	PT-PL-PCdoB	34.455	14,6
GERSON BASSO	PV	6.197	2,6
PEDRO SANTOS (VAVO)	PTdoB	1.867	0,8
GILMAR SALGADO	PSTU	1.184	0,5
OSMAR PICKLER	PTN-PTC	214	0,1
BRANCOS	—	4.486	1,9
NULOS	—	11.229	4,8
TOTAL	—	236.462	100

Fonte: TRE/SC. Obs: Eleitorado total = 273.425 ; Abstenções = 36.963 (13,5 %) Alienação eleitoral (abstenções + brancos + nulos) = 52.678 eleitores (19,3 % do eleitorado).

No 2º turno, os resultados (Tabela 8) confirmaram a evolução das pesquisas de opinião, que desde o final do 1º turno indicavam uma vitória de Dário Berger, com boa margem de diferença sobre Chico Assis. O candidato do PSDB ficou com 52,3% dos votos (representando 58,5 % dos votos válidos), enquanto o do PP ficou com 37,1% (representando 41,5 % dos votos válidos). As pesquisas de opinião mostraram que os eleitores que no 1º turno votaram em Sérgio Grando e Afrânio Boppré distribuíram seu voto no 2º turno de forma muito semelhante: cerca de 40% votavam em Berger; pouco menos de 25% votavam em Assis e pouco mais de 35% votariam em branco, nulo, ou ainda não sabiam em quem iriam votar no 2º turno.

Tabela 8 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 2004 (2º turno)

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
DÁRIO BERGER	PSDB-PMN	118.644	52,3
CHICO ASSIS	PP-PFL-PSL-PSC-PRTB-PAN	84.278	37,1
BRANCOS	—	2.949	1,3
NULOS	—	21.038	9,3
TOTAL	—	226.909	100

Fonte: TRE/SC. Obs: Eleitorado total = 273.425 ; Abstenções = 46.516 (17,0 %)
Alienação eleitoral (abstenções + brancos + nulos) = 70.503 eleitores (25,8 % do eleitorado).

Vale a pena observar que Florianópolis teve a maior taxa de votos nulos, entre os 43 municípios brasileiros onde houve 2º turno. Isso é fruto do descontentamento de parcela dos eleitores com as opções remanescentes neste turno final. Houve, inclusive, uma campanha pelo voto nulo, em certos setores de esquerda (parcela dos estudantes universitários e parte da esquerda do PT). A “alienação eleitoral” (abstenções + brancos + nulos) foi de 70.503 eleitores, o que significa que 1 em cada 4 eleitores ou não foi votar, ou votou nulo ou em branco.

O resultado final da eleição revelou-se uma surpresa para muitos observadores, já que Dário Berger era um candidato que havia “caído de pára-quadras” em Florianópolis, tendo mudado de domicílio eleitoral há pouco mais de um ano antes da eleição, sem nenhuma tradição política no município. Além disso, concorria pelo PSDB, um partido com força relativamente pequena no Estado e na capital, em coligação apenas com o inexpressivo PMN, enquanto seus adversários tinham apoios bem mais consistentes organizacional e eleitoralmente: Chico Assis era apoiado pela coligação PP e PFL, envolvendo, portanto, os maiores “caciques políticos” da capital: Esperidião e Ângela Amin, Jorge e Paulinho Bornhausen; Grando, apesar de ser do PPS, tinha o apoio formal do PMDB (incluindo aí o governador do Estado) e Boppré tinha a seu favor o PT, partido que agora estava instalado no governo federal. Ou seja, Berger, apoiado por partidos com pouca força eleitoral na capital, sem ter disputado antes nenhuma outra eleição em Florianópolis, derrotou os candidatos oficialmente apoiados pela prefeita em exercício, pelo governador do Estado e pelo presidente da República; candidatos, além disso, com grande tradição na política local.

Como explicar este resultado? Uma eleição é um fenômeno de extrema complexidade, envolvendo muitas variáveis: apoios

envolvidos, de partidos e lideranças políticas relevantes; financiamento e tempo de propaganda no rádio e TV; outras características pessoais dos candidatos, etc, mas, em nossa opinião, alguns dos aspectos que parecem ter sido mais relevantes foram:

1. A divisão dos partidos de esquerda: ao sair com dois candidatos, a esquerda reduziu suas chances de chegar ao 2º turno e, portanto, de vencer a eleição. Grandó e Boppré somaram 30,9 % dos votos no 1º turno, contra 25,2% de Assis. Não se pode imaginar que se apenas um dos candidatos da esquerda houvesse saído como candidato ele teria recebido todos os votos dados aos dois que efetivamente disputaram; mas, certamente, teria tido mais chance de passar ao 2º turno;

2. No que se refere a Grandó, vale ressaltar que a avaliação final de sua administração (1993/96), por parte do eleitorado, resultou predominantemente negativa, em boa parte por conta da frágil situação financeira deixada ao final da gestão (o que incluiu o não pagamento integral da folha de pagamento, num município em que o funcionalismo público tem peso considerável). Talvez por conta disso, Grandó era o candidato com maior taxa de rejeição (31%) na última pesquisa Ibope anterior ao 1º turno;

3. Quanto ao candidato Afrânio Boppré, além de não ser da corrente política majoritária no PT nacional – não tendo recebido o apoio material que outros candidatos ligados a esta corrente puderam contar –, não pôde contar muito com a força da militância petista, que em eleições anteriores foram muito importantes para os candidatos do partido. Esta retração da militância do PT, que já vinha se dando em todo o país, de forma menos intensa no período anterior ao governo Lula, se acentuou no período posterior;

4. Chico Assis, principalmente a partir do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, conseguiu “colar” mais claramente sua imagem à da prefeita Ângela Amin, que contou, durante boa parte de seus dois mandatos, com uma avaliação predominantemente positiva junto ao eleitorado. Ao final do segundo mandato, porém, houve um desgaste, especialmente pela implementação da política de transportes, especificamente no que se refere aos terminais integrados de transporte urbano, política que foi rejeitada pela grande maioria dos eleitores, resultando no que talvez tenham sido os maiores protestos

sociais em Florianópolis, desde a chamada “Novembrada”. Isso acabou reduzindo as taxas de aprovação à gestão da prefeita. O candidato Assis ocupava um posto (Secretário de Obras da Prefeitura) que facilitava associar sua ação com os problemas no transporte urbano e o candidato acabou por sofrer também uma rejeição por parte do eleitorado por causa desta política municipal: sua taxa de rejeição (29%, na última pesquisa Ibope antes do 1º turno) só era menor do que a de Grando. Dessa forma, o candidato contava com certo grau de transferência de votos advindos de uma avaliação ainda predominantemente positiva da gestão da qual participava, mas não tão positiva a ponto de lhe garantir a vitória. Acabou indo para o 2º turno, mas tendo que lidar com essa debilidade da sua candidatura.

5. O mais importante, porém, parece ter sido a identificação, por grande parte do eleitorado, de Dário Berger como sendo um candidato com um potencial de grandes realizações. Um dos fatores que a literatura (FIORINA, 1981; POPKIN, 1994; CARREIRÃO, 2002; ALMEIDA, 2008) tem destacado como dos mais importantes para a decisão de voto de boa parte dos eleitores, em pleitos majoritários, é a avaliação de desempenho que este eleitorado faz de candidatos e administrações municipais. Autores como Wattenberg (1995, 1998), por sua vez, apontam que as eleições para cargos executivos são cada vez mais centradas em candidatos e menos nos partidos. A honestidade e a competência administrativa são os critérios mais mencionados pelos eleitores como a base para este julgamento, a partir das informações de que dispõem até o momento da eleição. O que parece ter acontecido nesta eleição, é que uma parcela maior do eleitorado, desde o momento da definição das candidaturas, avaliava o ex-prefeito de São José, Dário Berger, como o candidato mais competente para realizar uma boa administração municipal. A proximidade e o grande elo de ligação (do ponto de vista do fluxo contínuo de pessoas) entre São José e Florianópolis fizeram com que a fama de bom administrador de Berger, em seus dois mandatos naquela cidade, tivesse se enraizado também em parte considerável da população florianopolitana, antes mesmo de começar a campanha, já que desde as primeiras pesquisas eleitorais em 2004, definidos os candidatos, Berger esteve na frente da disputa¹⁰. As críticas

¹⁰ No que é de nosso conhecimento, apenas numa pesquisa, realizada pelo Datafolha em dezembro de 2003, em que era incluído como candidato o ex-prefeito Edson Andrino, este esteve na frente de Dário

e denúncias de corrupção feitas em relação ao candidato não sensibilizaram o suficiente para que aquela avaliação não prevalecesse. Deve-se observar que as avaliações feitas pelo eleitorado de São José em relação às administrações de Berger superaram a avaliação feita pelo eleitorado de Florianópolis do segundo mandato da prefeita Ângela Amin.

A eleição de 2008

O quadro de candidatos lançados para a eleição a prefeito em 2008 revela divisões importantes entre partidos que se mantinham aliados seja em âmbito estadual, seja em âmbito federal. PMDB, PSDB e DEM, os partidos que compunham o núcleo duro da coalizão (chamada de “polialiança”) que apoiava o governador Luiz Henrique da Silveira se dividiram: enquanto o PMDB, em coligação com 7 pequenos partidos, lançava o prefeito em exercício, Dário Berger, DEM e PSDB, coligados ainda com o PPS (que historicamente se alinhava com partidos mais à esquerda), lançaram o deputado estadual César Souza Júnior, político jovem, mas já herdeiro de certo capital político vindo de seu pai, o apresentador César Souza. De outro lado, PT e PCdoB, que tem sido aliados em praticamente todo o período em que vige o atual sistema partidário, não repetiram as coligações das eleições anteriores¹¹, lançando candidatos próprios (Nildomar Freire, o “Nildão”, e Ângela Albino, respectivamente). O PP, em coligação com o PTB, lança Esperidião Amin. Além disso, dois outros pequenos partidos de esquerda (PSOL e PSTU) lançaram seus próprios candidatos: Afrânio Boppré e Joaquina Johnson (Tabela 9).

Tabela 9 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 2008 (1º turno)

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
DÁRIO BERGER	PMDB-PR-PRB-PSC-PRTB- PSB-PHS-PRP	94.077	37,0
ESPERIDIÃO AMIN	PP- PTB	59.858	23,5
CESAR SOUZA JR.	DEM-PSDB-PPS	30.834	12,1

Berger, por uma pequena margem, na realidade, dentro da margem de erro da pesquisa; portanto, havia, rigorosamente, um empate entre os dois candidatos.

¹¹ Apenas na eleição de 2000 os dois partidos apoiaram formalmente candidatos diferentes na eleição para prefeito em Florianópolis.

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
ÂNGELA ALBINO	PCdoB-PDT	29.537	11,6
NILDOMAR F. SANTOS	PT-PV	16.172	6,4
AFRÂNIO BOPPRÉ	PSOL	4.772	1,9
JOANINHA O. JOHNSON	PSTU	1.100	0,43
BRANCOS	—	5.876	2,3
NULOS	—	12.090	4,8
TOTAL	—	254.316	100

Fonte: TRE/SC. Obs: Eleitorado total = 301.967 ; Abstenções = 47.651 (15,8 %) Alienação eleitoral (abstenções + brancos + nulos) = 70.734 eleitores (23,4 % do eleitorado).

Quanto à divisão no âmbito da “polialiança”, já era esperado que o PSDB não apoiasse o prefeito em exercício, Dário Berger, na medida em que ele, depois de eleito pela sigla, em 2004, acabou migrando para o PMDB, levando consigo parte dos correligionários do PSDB na capital. Mais surpreendente foi não só o lançamento de candidato próprio do Democratas (César Souza Júnior), mas o fato de este candidato ter sido o mais duro crítico do prefeito na campanha do 1º turno, tanto no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, quanto nos debates. A decisão de lançar candidato próprio parece responder a um anseio do DEM de não ficar apenas a reboque dos demais partidos das coalizões governistas (em âmbito estadual e também em âmbito municipal). No rumo da campanha, de críticas acerbas ao prefeito, parecem ter pesado os posicionamentos pessoais do candidato democrata e do presidente municipal do partido, Paulinho Bornhausen, já que a relação do prefeito com o partido como um todo não “azedou”. Tanto que no 2º turno o DEM (majoritariamente) apóia Berger e, passada a eleição, volta a fazer parte da coalizão do segundo mandato do prefeito reeleito. Vale ainda notar que internamente ao PMDB a candidatura de Berger não teve o apoio da maior liderança histórica do partido na capital, Edson Andrino (prefeito eleito pelo partido em 1985 e candidato, em 1992 e 1996). Essa resistência teve origem na forma como Berger “embarcou” na sigla, junto com os integrantes de seu grupo político, em outubro de 2007. À época Andrino era o presidente municipal do partido e não teria sido avisado, representando “uma das maiores decepções de sua trajetória político-partidária” (SIGLA..., 2008). Falando de sua resistência a apoiar Berger, já em 2008, Andrino afirmou: “Não foi pelo fato de ser o Dário. O ruim é ser o presidente do partido e só saber

um dia depois, pela imprensa, que ele e um monte de gente se filiou ao partido. Ninguém sequer me avisou. Fui tratorado" (SIGLA..., 2008).

A divisão entre PT e PCdoB deveu-se em boa parte ao fato de que o segundo tinha uma candidata mais competitiva e o PT não abriu mão de candidatura própria, como já havia acontecido nas duas últimas eleições (2000 e 2004). Ângela Albino (PCdoB) era, então, vereadora com atuação destacada e já havia sido candidata a prefeita em 2004, tendo um nome bem mais conhecido e uma taxa de rejeição menor do que a do candidato petista, que havia sido vereador em legislatura anterior, mas não ocupava nenhum cargo eletivo no período da eleição. Esperidião Amin é lançado pelo PP, após especulações sobre se quem sairia candidato seria ele ou sua esposa, que ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados. O PSOL e o PSTU, seguindo o que parece ser uma estratégia de consolidação das respectivas siglas, lançaram candidatos próprios, sem se coligar.

Desde a campanha do primeiro turno o principal alvo das críticas de boa parte dos demais candidatos (especialmente Amin, César Souza Jr. e Ângela Albino) era o prefeito em exercício. Apesar disso, Berger vence o 1º turno com uma boa margem de diferença (cerca de 34.000 votos) sobre seu principal adversário (Amin). César Souza Jr. e Ângela Albino conseguem votações acima de 10%, mas ficam bem abaixo de Amin. A candidatura petista não decola, em parte pelo fato de uma das propostas centrais de "Nildão", de criar um sistema de transporte via teleféricos, ter caído no descrédito. Os pequenos partidos mais radicais, de esquerda, não conseguem expandir seu eleitorado significativamente; mesmo tendo como candidato Afrânio Boppré, que tinha uma trajetória política já conhecida na capital, o PSOL não consegue chegar a 2% dos votos depositados nas urnas. A candidata do PSTU, também já conhecida do eleitorado, por ter participado de muitas eleições, não chega a 0,5%.

No 2º turno, embora Amin tente argumentar que agora era necessária a agregação de todas as forças políticas e todos os eleitores que "votaram contra a continuidade" da administração de Berger, na realidade o que ocorre é que muitos partidos vão apoiar, majoritariamente, o prefeito em exercício. É o caso do PSDB, do DEM, do PDT, do PPS (reconstituindo a "polialiança" no âmbito do município), e de outros pequenos partidos. Amin

vai receber apoio de Ângela Albino (PCdoB), da maioria do PTB e de alguns descontentes do PDT¹². Quanto ao DEM, havia certa divergência interna sobre o que fazer no 2º turno. Além do candidato César Souza Jr. ter feito uma campanha dura contra Berger (apontando a existência de corrupção na Prefeitura da Capital e defendendo “renovação”), o presidente municipal do partido, Paulinho Bornhausen, defendia a liberação dos dirigentes e militantes do partido, sem apoiar Berger ou Amin. Mas, acabou prevalecendo a posição do líder maior do partido, Jorge Bornhausen, e o DEM passa a apoiar claramente Berger. O afastamento do candidato César Souza Jr. durante a campanha do 2º turno (permanecendo em viagem com sua esposa em “local não revelado”) serviu para dificultar questionamentos quanto à mudança repentina em relação ao prefeito; outro movimento importante foi a “nota oficial” de Jorge Bornhausen, descredenciando Amin no mais importante aspecto em jogo na campanha: a comparação das realizações dos dois candidatos em suas gestões anteriores¹³. No que se refere ao PSDB, o jogo foi pesado, já que havia forte resistência de setores do partido a apoiar Berger, devido ao episódio de sua migração do PSDB para o PMDB. Segundo os meios de comunicação (por exemplo, blog de Moacir Pereira, de 07/10/2008) os dirigentes do PSDB teriam recebido um *ultimatum* do governador, em relação ao segundo turno em Florianópolis: ou apoiariam Dário Berger ou teriam que “desembarcar” do governo.

As acusações de corrupção, especialmente de Amin, em relação a Berger, tiveram maior espaço na campanha e nos debates do 2º turno. A principal denúncia vinculava-se a uma decisão do Tribunal de Contas de União, no mês de agosto, condenando o prefeito e seu irmão, Djalma Berger, por irregularidades na construção da Beira-Mar de São José (referentes ao período em que Dário Berger era prefeito de São José, e seu irmão, seu secretário de Obras)¹⁴. Berger, de sua parte, centrou sua campanha no que “teria sido feito por Florianópolis”,

¹² Ver colunas de Moacir Pereira (2008) e Roberto Azevedo (2008) no *Diário Catarinense*.

¹³ A nota “esclarecia” informações sobre a paternidade de importantes obras feitas na capital (e mesmo em outras cidades do Estado), que apareciam na campanha de Amin como tendo sido realizadas pelo candidato em gestões anteriores. Bornhausen desmente estas informações, ao afirmar que estas obras, em grande parte teriam sido feitas em seu próprio governo e no de Antônio Carlos Konder Reis.

¹⁴ Amin aludia ainda ao fato de a empresa de segurança dos irmãos Berger prestar serviços ao governo do Estado, o que teria como consequência a não independência do prefeito em relação ao governador (já que ele estaria na “folha de pagamento do governador”) e, além disso, faria com que fosse vantajoso ao prefeito o aumento da violência, já que sua empresa dependeria disso para lucrar.

buscando a comparação entre seu primeiro mandato e a ação de seu adversário, quando ocupou cargos eletivos (como prefeito ou governador). Sem desconsiderar outros fatores, como por exemplo, as propostas dos dois candidatos para a cidade ou os apoios de que dispuseram no 2º turno, o fator mais decisivo para a reeleição do prefeito em exercício parece ter sido uma percepção majoritária no eleitorado de que naquela comparação proposta por Berger ele teria feito um melhor trabalho pela cidade. Numa eleição em que os dois principais contendores já tenham tido a oportunidade de administrar uma cidade, ou Estado, ou o país, é comum que a escolha de grande parte dos eleitores tome como referência principal o desempenho anterior no cargo, já que esta é uma informação mais “simples” e “segura” do que se pautar apenas pelas promessas de campanha¹⁵.

Tabela 10 – Resultado da eleição para Prefeito de Florianópolis – 2008 (2º turno)

CANDIDATO	PARTIDO / COLIGAÇÃO	Nº VOTOS	% VOTOS
DÁRIO BERGER	PMDB-PR-PRB-PSC-PRTB-PSB-PHS-PRP	129.969	52,4
ESPERIDIÃO AMIN	PP- PTB	95.369	38,5
BRANCOS	—	5.888	2,4
NULOS	—	16.827	6,8
TOTAL	—	248.053	100

Fonte: TRE/SC. Obs: Eleitorado total = 301.967 ; Abstenções = 53.914 (17,8 %)

Alienação eleitoral (abstenções + brancos + nulos) = 76.629 eleitores (25,4 % do eleitorado).

O resultado da eleição – com uma vitória expressiva de Berger – representa um enfraquecimento muito acentuado da liderança de Esperidião Amin, derrotado nas urnas pela terceira vez seguida (em 2002 e 2006 nas eleições para governador)¹⁶. De

¹⁵ Avaliar desempenho de governantes não é tarefa fácil, mas boa parte dos eleitores vai formando uma avaliação, mesmo que sem muita sofisticação, dos governantes, especialmente naquelas políticas que tem impacto mais direto sobre sua vida. Esta avaliação, segundo estudos que tomam a psicologia cognitiva como referência (Cf. RAHN et al., 1990; RAHN, 1993; RENNÓ, 2001, entre outros), vai sendo feita ao longo de um mandato e, mesmo que ao final dele um eleitor não se lembre dos fatos que o levaram a avaliar positiva ou negativamente uma administração (ou político), isso não significa que não tenha ponderado estes fatos.

¹⁶ O próprio candidato declarou, durante a campanha, que se fosse derrotado não disputaria mais nenhuma eleição para o Executivo. Embora declarações como essas nem sempre resultem nas ações correspondentes, a verdade é que o resultado da eleição dá continuidade à trajetória descendente daquele que foi seguramente a maior liderança política em Florianópolis durante praticamente toda a vigência do atual sistema partidário. Isso não significa, porém, o encerramento da carreira política de Amin. No momento em que este texto foi fechado (abril de 2009), a perspectiva de uma possível cassação, pelo TSE, do mandato do governador Luiz Henrique da Silveira e eventual posse de Amin (como 2º colocado na eleição de 2006), permite especulações sobre um possível reerguimento desta liderança política.

outro lado, consolida a trajetória ascendente de Dário Berger, tanto no interior de seu atual partido (o PMDB), como na política catarinense como um todo.

Considerações finais

Analisando o conjunto do período, no que se refere às eleições para prefeito, e especialmente quanto ao número de prefeitos eleitos, percebe-se um equilíbrio de forças entre partidos localizados à direita (PDS-PPB-PP) e ao centro do espectro ideológico (PMDB e PSDB). Nas sete eleições realizadas no período em estudo, em três delas foram vitoriosos políticos vinculados ao PDS-PPB-PP (Esperidião e Ângela Amin); por duas vezes venceu o PMDB (Edson Andrino e Dario Berger) e em uma vez venceu PSDB (Dario Berger). Apenas em uma das eleições venceu um candidato (Sérgio Grando) vinculado a um partido considerado de esquerda (PPS), o que revela certa debilidade dos partidos de esquerda e do PT, em especial, nas eleições para prefeito em Florianópolis.

Uma análise mais detalhada, a partir do Quadro 1 – que indica, para cada um dos seis principais partidos, se o partido lançou candidato próprio, ou apoiou candidato de outro partido, e (entre parênteses) a colocação obtida pelo candidato, lançado ou apoiado, em cada uma das sete eleições ocorridas no período em estudo – mostra que o partido com melhor desempenho ao longo do período foi o PP (antigos PDS, PPR, PPB)¹⁷. O PP foi o único partido a lançar candidaturas próprias em todas as eleições, tendo vencido três, ficado em segundo lugar em outras três e em terceiro numa outra.

Quadro 1 – Candidaturas lançadas e colocação no resultado final (1º turno), entre os principais partidos (Eleição para prefeito de Florianópolis – 1985-2008).

Eleição	PDS-PPB-PPR-PP	PFL-DEM	PMDB	PSDB	PCB-PPS	PT
1985	C.P. (2º)	C.P. (3º)	C.P. (1º)	Não existia	C.P. (5º)	C.P. (4º)
1988	C.P. (1º)	Colig. (1º)	C.P. (3º)	Não concorreu	C.P. (2º)	C.P. (4º)
1992	C.P. (3º)	Colig. (3º)	C.P. (2º)	Colig. (1º)	C.P. (1º)	Colig. (1º)
1996	C.P. (1º)	C.P. (4º)	C.P. (3º)	Colig. (1º)	Colig. (2º)	C.P. (2º)

¹⁷ Para o texto não ficar repetitivo, indicaremos apenas a sigla PP para indicar o partido, que foi mudando de nome (às vezes incorporando outras siglas) ao longo do período.

Eleição	PDS-PPB-PPR-PP	PFL-DEM	PMDB	PSDB	PCB-PPS	PT
2000	C.P. (1°)	Colig. (1°)	C.P. (3°)	Colig. (1°)	C.P. (2°)	C.P. (4°)
2004	C.P. (2°)	Colig. (2°)	Colig.(3°)	C.P. (1°)	C.P. (3°)	C.P. (4°)
2008	C.P. (2°)	C.P. (3°)	C.P. (1°)	Colig. (3°)	Colig. (3°)	C.P. (5°)

C.P. = lançou candidatura própria; Colig. = apoiou (em coligação) candidato de outro partido.

Obs: (1) O PSDB foi criado em junho de 1988 e concorreu na eleição para prefeito daquele ano numa pequena parcela de municípios, tendo vencido em apenas 18 deles em todo o país (Fleischer, 2004).

(2) Nas eleições de 1996, 2004 e 2008, houve 2° turno; em todas elas o(a) candidato(a) que venceu o 1° turno venceu também o 2°.

O PMDB tem o segundo melhor desempenho: além de ter lançado candidato próprio em seis das sete eleições, elegeu dois prefeitos, ficou em 2° lugar numa das disputas e em 3° lugar em três delas. Embora sendo um partido pequeno, o PPS (ex-PCB) teve muita importância na disputa a prefeito da capital, especialmente pelo peso eleitoral de sua principal liderança, Sérgio Grando, que concorreu quatro vezes ao cargo, tendo sido eleito uma vez, ficando em 2° lugar por duas vezes e uma vez em 3° lugar. Com o declínio eleitoral desta liderança, porém, o partido também reduz sua força política na capital. Entre o PFL-DEM, o PSDB e o PT, o PSDB aparentemente apresenta os melhores resultados, se considerarmos o período de 1992 para cá, dado que em 1985 o partido não existia e que em 1988 o partido acabava de ser criado em âmbito nacional, mas sequer lançou ou apoiou formalmente um candidato em Florianópolis. Das cinco eleições em que participa, o PSDB elege um prefeito e compõe coligações vitoriosas em três outras eleições (sendo uma apoiando Sérgio Grando, do PPS, em 1992 e duas apoiando Ângela Amin, do PPB, em 1996 e 2000). No entanto, o partido ressentiu-se da falta de uma liderança com peso eleitoral em âmbito municipal; na única eleição em que venceu, o faz com Dário Berger, que já mudou de partido muitas vezes, tendo ficado no PSDB apenas por alguns anos. Quanto ao PFL-DEM, por quatro vezes apoiou candidatos alheios (tendo ajudado a eleger dois prefeitos); quando lançou candidatos próprios, ficou em terceiro ou quarto lugar nas disputas. O PT apresenta uma estratégia que privilegia o lançamento de candidatos próprios, mas sem muito sucesso. Só “venceu” quando apoiou candidato de outro partido, em 1992 (Grando, do PPS); em 1996 conseguiu ir ao 2° turno, mas foi derrotado. Nas demais eleições seus candidatos obtiveram o quarto (por quatro vezes) ou quinto lugar (em 2008).

Concluindo, a disputa a prefeito na capital catarinense tem tido como partidos mais fortes o PP (PDS-PPB) e o PMDB, tendo outros quatro partidos (PPS, PSDB, PT e DEM) também relevância na disputa. Do ponto de vista temporal, pode-se dizer que os partidos situados à direita tiveram bom desempenho em quase todo o período; os de centro foram melhor nas últimas eleições e os de esquerda tiveram seu melhor momento ao longo dos anos 1990. Considerando o conjunto do período não é possível perceber qualquer tendência evolutiva unívoca na correlação de forças entre os “campos ideológicos”, no sentido de um crescimento ou declínio persistente da direita, do centro ou da esquerda. Mas, cabe destacar a pequena força eleitoral dos partidos de esquerda, notadamente o PT, nas eleições para prefeito de Florianópolis. A exceção seria o PPS, que venceu uma eleição, mas na realidade trata-se de um partido de pouca força eleitoral na cidade. Apenas sua principal liderança, Sérgio Grandó teve peso eleitoral próprio, que o levou a bons resultados entre o final da década de 1980 e início da de 1990. E isso está relacionado ao fato de que nas eleições para prefeito, como nas demais para os cargos Executivos (governador e presidente), as avaliações que os eleitores fazem dos governos e dos candidatos têm tido relevância tão grande ou maior, na decisão de voto, do que a filiação partidária dos candidatos. Se esta tendência já se manifestava parcialmente em momentos anteriores, mostra-se ainda mais clara nos últimos pleitos.

CARREIRÃO, Y. de S. Mayor's elections in Florianópolis: contribution to an electoral history. *Perspectivas*, São Paulo, v.35, p.35-62, Jan./June, 2009.

■ **ABSTRACT:** *This paper examines every mayor election that took place in Florianópolis under the current party system. Although we already have a considerable amount of studies on presidential elections and, to a lesser extent, on governor elections, the literature on municipal elections is relatively scarce in Brazil. With regard to Santa Catarina's municipalities, its capital included, such absence is even greater. In briefly presenting the contexts, the candidacies and the outputs of each municipal contest in Florianópolis between 1985 and 2008, this paper aims mainly to give a contribution to the electoral history of those elections. Despite not having the intention of analysing the different aspects involved in each election deeply (the decision process on who should the candidates*

be, the campaigns, voters' motivations, etc), this paper outlines a brief interpretation of the outputs and of the most general trends of the period. The contest for mayor at Santa Catarina's capital has been disputed between the center and the right-wing parties; left-wing parties (specially PT) have shown little electoral strength. Another pertinent aspect to explain voters' decision in most recent elections seems to be the greater importance of governments' and candidates' evaluations, in comparison to parties' importance.

■ **KEYWORDS:** Elections. Political parties. Mayor elections.

Referências

AGUIAR, I. *Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense*. Blumenau: Ed. FURB, 1995.

ALMEIDA, A. C. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ASSIS F. Entrevista com Francisco Assis. *O Estado*, Florianópolis, p.4, 27 out. 1992.

AURAS, M. *Poder oligárquico catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos"*. 1991. 416f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

AZEVEDO, R. Coluna Roberto Azevedo. *Diário Catarinense*, Florianópolis, p.7, 22 out. 2008.

CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Florianópolis, v.12, n.1, p.136-163, 2006.

_____. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FIORINA, M. P *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2004. p.249-283.

FONTANA, R. Governo Amin: um voto de desconfiança. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n.3, p.9-41, 1983.

PEREIRA, M. Coluna Moacir Pereira. *Diário Catarinense*, Florianópolis, p.3, 20 out. 2008, p.3.

POPKIN, S. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns*. 2nd ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

RAHN, W. The role of partisan stereotypes in information processing about political candidates. *American Journal of Political Science*, Austin, v.37, p.472-496, 1993.

RAHN, W. et al. A social-cognitive model of candidate appraisal. In: FERREJOHN, J.; KUKLINSKI, J. (Ed.). *Information and democratic process*. Champaign, University of Illinois Press, 1990. p.136-159.

RENNÓ, L. A estrutura das crenças de massa e seu impacto na decisão de voto. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.51, p.85-102, 2001.

SIGLA está à espera de Andrino. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 1 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a1918369.xml&template=3898.dwt&edition=9964§ion=134>>. Acesso em: 06 jun. 2008.

VIOLA, E. As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário de Santa Catarina. *Cadernos de Ciências Sociais*, Florianópolis, v.1, n.1, p.106-109, 1986.

WATTENBERG, M. P. *The decline of American political parties, 1952-1996*. 6th ed. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

_____. *The rise of candidate-centered politics: presidential elections of the 1980s*. 2nd ed. Cambridge: Harvard University Press, 1995.